CARTA DE MISSÃO¹

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Ministério: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Serviço/Organismo: Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)

Cargo: Delegado Regional do Norte

Período de comissão de serviço: 3 anos

MISSÃO

O IEFP é o serviço público de emprego nacional e tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

PRINCIPAIS SERVIÇOS PRESTADOS

- a) Participar, designadamente com o apoio dos conselhos consultivos, no diagnóstico de necessidades ao nível do emprego, formação e reabilitação profissional, na sua área territorial de atuação;
- b) Executar, no âmbito da respetiva unidade territorial, as atribuições cometidas ao IEFP, com as adaptações tidas como adequadas às especificidades regionais do mercado de emprego, do tecido produtivo, das pessoas e das organizações;
- c) Gerir e controlar as áreas dos serviços de coordenação e as unidades orgânicas locais, de acordo com o plano anual de atividades e com as orientações do conselho diretivo, tendo em conta as propostas e recomendações dos conselhos consultivos;
- d) Elaborar os contributos para os planos anuais e plurianuais de atividades do IEFP, as propostas de orçamento e os relatórios e contas;
- e) Assegurar o cumprimento dos objetivos que sejam fixados pelo conselho diretivo, responsabilizando-se pela produção de resultados no quadro das políticas governamentais de emprego, formação e reabilitação profissional;
- f) Promover o emprego, a formação e a reabilitação profissional, dinamizando sinergias entre as unidades orgânicas locais e outras entidades públicas e privadas que intervêm na sua área territorial de atuação;
- g) Organizar, monitorizar e avaliar as atividades das áreas de emprego e formação profissional, bem como coordenar e apoiar tecnicamente as unidades orgânicas locais, zelando pela uniformidade de procedimentos nos serviços prestados;
- h) Promover a circulação da informação, junto das unidades orgânicas locais e dos respetivos utentes;
- i) Assegurar a qualidade da informação sobre o mercado de emprego e a atividade desenvolvida;

¹A carta de missão deve ser elaborada nos termos definidos no n.º 3 do artigo 18.º e no n.º 1 e n.º 2 do artigo 19.º-A do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro).

- j) Participar na elaboração das políticas governamentais de emprego, formação e reabilitação profissional, criando e canalizando as informações para a sua definição, bem como dirigir, organizar e coordenar, de modo eficaz e eficiente, os meios para a respetiva execução;
- k) Articular funcionalmente, de modo permanente, com os serviços centrais do IEFP;
- l) Gerir os recursos humanos e promover o desenvolvimento de competências, bem como gerir e administrar os recursos físicos e financeiros que lhe estão afetos;
- m) Assegurar o relacionamento permanente com a comunicação social, ao nível regional e local, em articulação com o Gabinete de Comunicação e Relações Externas dos serviços centrais do IEFP;
- n) Promover e divulgar as atividades do IEFP, contribuindo para a dignificação da sua imagem, na sua área territorial de atuação.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As constantes do Programa do XXII Governo Constitucional no que se refere ao Emprego, Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional, adequadas às especificidades regionais do mercado de emprego, do tecido produtivo, das pessoas e das organizações. Assente na ideia central de construir uma agenda de promoção do emprego e combate à precariedade.

A definição de políticas públicas que permitam:

- Estimular a criação de emprego e combater a precariedade no mercado de trabalho;
- Impulsionar a qualificação dos trabalhadores.

OBJETIVOS A ATINGIR

O IEFP é um instrumento fundamental para a operacionalização de uma estratégia no âmbito da política de emprego, cabendo aos serviços desconcentrados, dirigidos pelos Delegados Regionais, concretizar essa mudança na sua área territorial de atuação.

Ao Delegado Regional do Norte do IEFP caberá criar condições para implementar a nova abordagem que se pretende imprimir ao serviço público de emprego no quadro das suas competências a nível regional e tendo presente as orientações constantes do Programa do XXII Governo Constitucional, bem como as especificidades regionais, nomeadamente no que toca ao mercado do emprego, tecido produtivo, da população e das organizações.

Será responsável pela atuação do IEFP, I.P. a nível regional e pela articulação com os serviços centrais, bem como pela direção e orientação da ação dos serviços e recursos humanos de âmbito desconcentrado.

Entre os principais objetivos a atingir, destacam-se:

- i) Desenvolver uma nova abordagem na aplicação das políticas ativas de emprego, bem como maior rigor na sua utilização, de modo a que estas contribuam efetivamente para a criação de emprego sustentável, através da imposição de maior eficiência na gestão dos recursos e do aumento da capacidade de resposta dos serviços, em particular promovendo uma maior orientação para o emprego com maiores perspetivas de estabilidade;
- ii) Garantir o desenvolvimento de políticas ativas de emprego que ajudem a responder ao bloqueio que os jovens enfrentam hoje à entrada do mercado de trabalho;
- iii) Sinalizar e encaminhar jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEET - acrónimo de "not in education, employment or training") para respostas adequadas, no âmbito das políticas ativas de emprego e formação profissional;
- iv) Encontrar respostas melhor calibradas para lidar com os problemas complexos do desemprego de longa duração e de muito longa duração;

- v) Recuperar a ligação entre políticas ativas e perspetivas de inserção mais duradoura e sustentável dos beneficiários no mercado de trabalho, orientando as medidas no seu conjunto, tanto quanto possível, para a promoção de emprego efetivo;
- vi) Privilegiar as formações de duração mais longa e com cariz qualificante, de modo a potenciar os impactos na empregabilidade das pessoas e nos seus perfis e níveis de qualificações e, bem assim, potenciar respostas de formação para públicos pouco qualificados;
- vii) Dinamizar a resposta formativa associada às novas tecnologias de informação, potenciando-se o aumento das competências digitais e a promoção da inovação e eficiência das práticas formativas;
- viii) Fomentar e melhorar o desempenho da rede de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional da rede do IEFP, no âmbito da mobilização de públicos, serviços de orientação e encaminhamento para respostas qualificantes;
- ix) Apostar na melhoria da capacidade da resposta do Serviço Público de Emprego aos desempregados e jovens, no quadro de uma estratégia de modernização administrativa, simplificação e reforço do atendimento e proximidade aos cidadãos;
- x) Implementar modelos de gestão eficazes e eficientes na aplicação dos fundos públicos, nacionais e comunitários, ao serviço da política ativa de emprego;
- xi) Promover a boa gestão pública, maximizando a utilização de recursos do IEFP, na dinamização da sua atividade;
- xii) Adequar a aplicação e orientação das políticas públicas de emprego e formação profissional às especificidades dos diferentes públicos, setores e regiões.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Os objetivos definidos serão prosseguidos com os recursos humanos e materiais afetos ao IEFP, sustentados em mapas de pessoal anualmente revistos em função dos objetivos operacionais traçados e alicerçados em recursos financeiros e materiais ajustados a rácios de eficiência e eficácia, contribuindo para a racionalização da despesa pública.

OUTROS

A prossecução dos objetivos e serviços anteriormente elencados deve respeitar o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2019, de 3 de dezembro, que aprova o código de conduta do Governo e que se aplica, com as devidas adaptações, a todos os dirigentes superiores da Administração Pública sob a direção do Governo, bem como os dirigentes e gestores de institutos públicos e de empresas públicas.

Lisboa, 28 de maio de 2020

O Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional

Miguel Filipe Pardal Cabrita